

## **Uma repressão em busca de justificativa: a relação entre ditadura militar e luta armada no Brasil**

VITOR AMORIM DE ANGELO\*

### **Introdução**

Analisando o período da ditadura militar brasileira, vários autores destacaram que a esquerda armada, embora desejasse tomar o poder e fazer a revolução, terminou servindo de justificativa para o recrudescimento da repressão. “A quem interessava mais a guerrilha?”, indagou Florestan Fernandes (1999:220) num texto sobre a vida de Carlos Marighella, um dos mais conhecidos militantes da esquerda armada brasileira. “Exatamente à ditadura militar, porque graças a ela – que, afinal, não conseguiu ameaçar o regime – foi possível estender e aprofundar a repressão, intensificar a opressão e criar no Brasil uma situação catastrófica”. Denise Rollemberg (1994:120) afirmou que “a revolução, e não a ditadura, se enfraqueceu no processo de guerrilha”. Por sua vez, Ronaldo Costa e Couto (2003:29) lembrou que “a guerrilha, mesmo limitada e pontual, gerou o pretexto para o endurecimento do regime nos governos Costa e Silva e Médici”.

O fim da ditadura pode ter sido consequência de vários fatores, como a perda da base política e social do regime, a crise econômica e o interesse das Forças Armadas em se dedicarem às atividades profissionais, menos da atuação direta da esquerda armada. A guerrilha, na verdade, facilitou a vitória – e não a derrota – da ditadura ao lhe fornecer o argumento de que precisava para ampliar a repressão. Pensada desse ponto de vista, a relação entre a ditadura militar e a luta armada no Brasil foi pouco explorada até aqui. De que modo a guerrilha foi usada como justificativa para o aprofundamento do Estado de exceção, qual a relação entre a montagem do aparelho informativo-repressivo do regime e a deflagração da luta armada e que papel a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) desempenhou nesse processo são questões que ainda devem ser pensadas de maneira articulada.

---

\* Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos. A pesquisa em que se baseia este texto, em fase de conclusão, é orientada pelo professor Dr. Marco Antonio Villa e conta com o apoio do CNPq e da CAPES.

Nosso propósito neste trabalho é discutir a ligação entre a DSN e o recrudescimento do regime militar, sustentando a idéia de que o aprofundamento da ditadura não pode ser explicado em razão da Doutrina de Segurança Nacional, mas, sim, da luta armada, que assumiu uma função importante, da perspectiva militar, para justificar o *golpe dentro do golpe*, em 1968, e a montagem e consolidação do aparelho informativo-repressivo. Em geral, atribui-se à DSN uma excessiva racionalidade, como se todas as medidas tomadas no período militar tivessem seguido, rigorosamente, os ditames daquela doutrina. Assim, seria natural pensar que a esquerda armada, ao materializar a idéia do *inimigo interno* preconizada pela DSN, tivesse exigido dos militares a estruturação de um aparato informativo-repressivo capaz de eliminar os *antagonismos* que se julgava ameaçar a ordem política e social.

Contudo, se analisarmos atentamente o que foi a luta armada no Brasil, veremos que a chamada *esquerda revolucionária*, não tendo jamais ameaçado a ditadura nem estado próxima de tomar o poder, como pretendia, não poderia ter sido a causa, em termos *racionais*, para o aprofundamento da ditadura. O uso *político* da guerrilha – o que não exclui alguma racionalidade, obviamente – por parte de setores *ultra-revolucionários* das Forças Armadas desejosos em ampliar a repressão fez da guerrilha uma fator extremamente útil para justificar tal necessidade – aliás, a idéia de *necessidade*, como lembra Giorgio Agamben (2004), está na gênese de qualquer Estado de exceção, como o que governou o Brasil entre 1964-85. Dessa forma, como veremos, à história da relação entre a ditadura e a luta armada no Brasil correspondeu uma outra, paralela, que foi a da relação entre as duas principais correntes militares daquele período: os *castellistas* e a *linha-dura*.

### **Fundamentos da Doutrina de Segurança Nacional**

Ao examinarmos a relação entre a ditadura e a esquerda armada brasileira, devemos considerar um elemento bastante invocado para justificar o golpe e a repressão, que é a DSN. Frequentemente, esse conjunto de idéias é apresentado como fundamento teórico da intervenção militar de 1964 e do modo como se estruturou a ditadura, com a organização de um tipo de Estado compatível com a DSN, ou seja, o Estado de Segurança Nacional. A doutrina, porém, não teve origem no Brasil, embora desde os anos 1930 a idéia de segurança nacional (assim como a de desenvolvimento

nacional) já fosse encontrada em alguns discursos militares, como os do general Góis Monteiro, chefe do Estado-Maior do Exército durante o Estado Novo.

Com base numa concepção de guerra *permanente e total* entre capitalismo e comunismo, a DSN privilegiava o tema da *segurança coletiva* contra o perigo da subversão, pressupondo ser impossível, num contexto de divisão bipolar do mundo, manter-se neutro diante das alternativas capitalista e comunista (BORGES, 2007). Dessa perspectiva, a DSN anunciava também que a ameaça comunista não tinha origem apenas no exterior, mas dentro de cada país (através das seções dos partidos comunistas, por exemplo), de modo que os antagonismos eram percebidos tanto dentro como fora dos territórios nacionais, eliminando a idéia de fronteira e a concepção tradicional de guerra. Tratava-se de um conflito total e permanente porque o inimigo poderia estar em todos os lugares e porque a tensão ideológica só poderia cessar quando um dos lados se impusesse política e militarmente sobre o adversário.

Comparando o modelo convencional de guerra e a forma como os conflitos eram tratados pela DSN, Maria Helena Moreira Alves (2005) lembrou que a guerra tradicional, tal como era conhecida até meados dos anos 1940, era politicamente declarada, tinha uma natureza limitada e quase sempre envolvia duas nações (ou blocos de países) no conflito, uma agressora e outra agredida. Nessas circunstâncias, toda a capacidade produtiva dos países envolvidos era canalizada para o confronto. A indústria, a economia, a população, enfim, tudo era mobilizado para o combate ao inimigo. No caso da guerra total, da mesma forma, a nação também deveria se mobilizar inteiramente para o conflito, submetendo suas atividades à política de segurança. Contudo, a declaração de guerra, a fronteira demarcando a área de combate e a clara separação entre agressor e agredido desapareciam no modelo preconizado pela DSN. A guerra poderia assumir um caráter *subversivo e revolucionário*, com parcelas da sociedade se organizando militarmente, com ou sem a ajuda do exterior, visando a derrubada do governo, ou se traduzir num conflito *psicológico e indireto*, com contestadores da ordem tentando ganhar as mentes da população até o momento de rebelar-se contra o poder instituído, a fim de retardar ao máximo o confronto armado contra um adversário mais bem estruturado e aparelhado.

Em síntese, a DSN tinha uma compreensão belicista do processo social, convertendo todos os cidadãos em possíveis inimigos, num conflito não declarado que

entendia qualquer divergência política (antagonismos e pressões) como sinônimo de guerra interna. Subordinando os ditames da política aos da segurança nacional, a DSN fez com que, nos países onde foi aplicada, a política deixasse de “ser uma *arte civil* para se transformar em *arte militar*” (BORGES, 2007:28). Para combater um inimigo desconhecido, porque se disfarçava de cidadão comum, e localização não definida, porque se espalhava em todos os lugares, tornou-se fundamental erigir uma estrutura de *informação e repressão* que permitisse alcançar os *objetivos nacionais* definidos por quem governava o Estado de Segurança Nacional. Era preciso identificar os focos de *subversão*, investigar a vida e as atividades dos inimigos da pátria, produzir informações a seu respeito e impedir que tivessem êxito no objetivo de derrubar o poder instituído, subverter a ordem e implantar um modelo de governo e sociedade *estranhos* à tradição nacional.

No Brasil, suas principais idéias se traduziram não apenas em termos de segurança interna, mas também de desenvolvimento econômico. À segurança nacional eram associados fatores como o desenvolvimento e o uso dos recursos produtivos, a industrialização, o aproveitamento dos recursos naturais, a comunicação, a criação de infra-estrutura ligando as diversas regiões do país, a oferta de mão-de-obra qualificada, o investimento em ciência e tecnologia, entre outras. Como Maria Helena Moreira Alves (2005:31) bem sintetizou, em sua variante brasileira, a DSN constituiu um corpo teórico que incluía “uma teoria de guerra, um teoria de revolução e subversão interna, uma teoria do papel do Brasil na política mundial e de seu potencial geopolítico como potência mundial, e um modelo específico de desenvolvimento econômico associado-dependente que combina elementos da economia keynesiana ao capitalismo de Estado”. O principal aspecto desse desenvolvimento era sua subordinação à estratégia militar de segurança nacional, e não a qualquer tipo de política social.

Quando o caso brasileiro é pensado desse ângulo, a conclusão mais evidente é a de que tanto o caminho que levou ao golpe de 1964 como o modo pelo qual se estruturou a ditadura resultaram da Doutrina de Segurança Nacional. A esquerda armada, nesse caso, teria confirmado a tese do inimigo interno, dando ao debate teórico dos militares uma correspondência na realidade. A idéia de uma guerra permanente e total, que diluía as fronteiras, convertia os cidadãos em potenciais inimigos e entendia quaisquer diferenças políticas como antagonismos ameaçadores à ordem e à paz sociais

teriam sido decisivas para alimentar o pensamento e a ação militar antes e depois do golpe. Os comunistas, em geral, e a esquerda armada, em particular, logo passaram a ser vistos como elementos que, lutando por um sistema alternativo ao capitalismo, representavam uma ameaça à tradição cristã-ocidental que as Forças Armadas julgavam defender.

### **A racionalidade da DSN**

Comparando os fundamentos da DSN com aquilo que, na prática, fizeram os militares brasileiros, muitos acabaram atribuindo àquela doutrina uma racionalidade que ela não teve. A análise dos militares a respeito da conjuntura, a maneira como compreenderam os problemas nacionais e a meticulosidade de sua ação, desde a preparação do golpe até a estruturação do regime, atestariam, portanto, a equivalência entre as idéias anunciadas pela DSN e o comportamento das Forças Armadas, principalmente no que diz respeito ao inimigo interno. Por conseguinte, as mudanças no corpo teórico da DSN ao longo da ditadura, ao invés de serem vistas como uma contradição com seu fundamentos, teriam sido expressão de sua versatilidade e da capacidade dos militares em adaptá-la aos diferentes cenários que se foram desenhando ao longo das duas décadas de existência do Estado de Segurança Nacional. Uma parte importante dessa racionalidade teria se revelado justamente no combate à esquerda armada, o inimigo interno, subversivo, influenciado pelo comunismo internacional, presente em todos os lugares, contestador da ordem e disposto a se insurgir contra o poder instituído – tudo conforme preconizava a DSN – que mais longe chegou, em termos de ação, dentre os opositores da ditadura.

Nilson Borges (2007: 21, grifo nosso), por exemplo, afirmou que a conspiração militar em 1964 “foi uma ruptura com os golpes anteriores e, por isso mesmo, não manteve as mesmas características de intervenções passadas. Ao contrário, durante seu curso, *obediente aos ditames* da Doutrina de Segurança Nacional, vão-se detectar diversas transfigurações”. Em outra passagem, ao tratar do papel político desempenhado pelos militares, o autor disse que, “*segundo à risca* os preceitos da Doutrina de Segurança Nacional [...] as Forças Armadas assumiram a função de partido da burguesia”. Maria Helena Moreira Alves (2005:41 e 60, grifo nosso) indicou ter a mesma interpretação ao concluir, após definir a DSN como um “abrangente corpo teórico constituído de

elementos ideológicos e diretrizes para infiltração, coleta de informações e planejamento político-econômico de programas governamentais” que “permite o estabelecimento e avaliação dos componentes estruturais do Estado e fornece elementos para o desenvolvimento de metas e o planejamento administrativo periódicos”, que “as práticas do regime militar a partir de 1964 foram *razoavelmente coerentes*” com os seus fundamentos.

Também não é difícil encontrar trabalhos que apontam a origem da DSN em períodos anteriores, muitas vezes bastante diferentes daquele em que ocorreu o golpe. Para Edmundo Campos Coelho (2000:104 e 105), “a fórmula segurança/desenvolvimento sobre a qual assenta a filosofia dos governos revolucionários pós 1964 é, em essência, uma *versão mais sofisticada, sistematizada e atualizada da idéia desenvolvida por Góes Monteiro*” nos anos 1930. “Descontadas as diferenças de circunstâncias”, suas idéias são, “no essencial, *idênticas* à doutrina de Segurança Nacional”, antecipando em “mais de vinte anos a doutrina militar do regime instaurado com a revolução de 1964”. A própria Maria Helena Moreira Alves (2005:39, grifo nosso) iniciou sua análise da DSN mencionando uma autora que situara a formulação da doutrina ainda mais longe, identificando “as origens da ideologia de segurança nacional na América Latina já *no século 19, no Brasil*, e no início do século 20, na Argentina e no Chile”.

Nesse caso, contudo, devemos questionar se teria sido possível que um conjunto de idéias tenha se mantido imune às influências do tempo, indo de um período a outro como se tal doutrina fosse autônoma em relação às mudanças na sociedade e nas próprias Forças Armadas. Consideramos difícil, como fez Coelho, traçar uma linha ligando Góis Monteiro ao general Golbery do Couto e Silva, o “feiticeiro” da ditadura (GASPARI, 2003:16); ou ainda, a exemplo da autora citada por Alves, encontrar raízes da doutrina em que se fundamentaram os golpistas de 1964 no fim do século XIX. Acreditamos que essas observações já seriam suficientes para revelar a fragilidade desses pontos de vista, exigindo, por um lado, o abandono do que se poderia chamar de *mito de origem*, e, por outro, uma reavaliação do papel da DSN para a consumação do golpe e a estruturação da ditadura.

Elio Gaspari (2002a:39) é contundente ao dizer que a DSN “nada teve de doutrina, muito menos de ideologia”, e que “a expressão ‘segurança nacional’ embutiu

um preconceito, talvez uma idéia”. Para ele, em meio ao silêncio dos generais a respeito de sua própria participação no processo político brasileiro, “freqüentemente misturaram-se idéias brilhantes e preconceitos, dando-se força de dogma a algumas racionalizações que, no máximo, seriam bons instrumentos de especulação”. Embora suas críticas nos pareçam acertadas, elas trazem consigo o inconveniente de, colocando-se do lado oposto aos trabalhos anteriores, reduzir a DSN a um elemento sem maior importância. Se os primeiros autores que apresentamos tentaram compreender a realidade pela ótica da Doutrina de Segurança Nacional, visto que ela teria fundamentado a ação dos militares, Gaspari separa a realidade do pensamento militar, como se este fosse, além de autônomo em relação à história, vazio de conteúdo.

Contrário a essa opinião, Carlos Fico (2001) lembrou que o aparelho repressivo da ditadura não produziu um volume de informações desconexas e sem sentido. Na verdade, havia uma complexa estruturação e um intenso intercâmbio de dados que revelavam as convicções de seus produtores e geravam efetivos que iam muito além do simples texto escrito. O autor assume uma posição alternativa que nos parece mais refinada, pois, sem perder de vista a importância da DSN, como os primeiros analistas, redefine o lugar ocupado pela Doutrina de Segurança Nacional durante o regime, sem incorrer também na negação absoluta de Elio Gaspari. Por um lado, Fico reconhece certa versatilidade da DSN ao afirmar que “a doutrina ou ideologia de segurança nacional e desenvolvimento teve de se adaptar, ao longo do tempo, aos ditames dos mandantes do momento”. Por outro, ele lembra que não se deve exagerar o peso desse corpo teórico, já que a Escola Superior de Guerra, que era o “pólo teorizador” da DSN (ALVES, 2005:42), teve uma “gradual decadência” (FICO, 2001:41) depois de 1964; e também porque, face à diversidade militar, seria impossível que uma doutrina pudesse explicar um pensamento e uma ação em bloco das Forças Armadas.

### **A montagem do aparelho informativo-repressivo**

Passaremos, agora, à observação de um dos elementos centrais DSN, que foi a montagem do aparelho repressivo da ditadura. Como dissemos antes, a organização de um aparato informativo-repressivo tornou-se uma das mais importantes tarefas do regime a fim de eliminar os focos de *subversão*. Entretanto, nem os sistemas de informação e segurança interna começaram a ser montados quando a luta armada já tinha sido deflagrada – eliminando, portanto, as interpretações que se baseiam numa

análise de causa e efeito – nem tampouco a estruturação de um aparato informativo-repressivo nos níveis verificados no Brasil poderia ter constituído uma resposta à guerrilha, de dimensões pequenas, tanto nas cidades como no campo – exigindo, dessa forma, outra explicação para a relação estabelecida entre a ditadura e a esquerda armada, o que veremos no próximo tópico.

A chamada *comunidade de informações* contemplava, na verdade, dois sistemas: um de informação e outro de repressão. O primeiro, denominado Sistema Nacional de Informações (SISNI), tinha o objetivo de reunir informações a serem colocadas à disposição do general-presidente, buscando dados importantes para neutralizar o inimigo interno, seja diretamente, pelo combate, seja indiretamente, pela desmoralização. O segundo, denominado Sistema de Segurança Interna do País (SISSEGIN), completava as atribuições do SISNI, atuando no campo repressivo propriamente dito, com execuções de prisões e interrogatórios. O SISSEGIN, criado a partir da pressão dos militares mais radicais da *Revolução de 1964*, a linha-dura, era uma resposta a duas questões prementes: de um lado, o desejo da ditadura em exercer um maior controle policial e militar sobre a sociedade; de outro, a insatisfação dos duros com o aparato repressivo existente, as limitações impostas pela Justiça ao trabalho punitivo e a possível imagem de fragilidade que o regime poderia passar nessas circunstâncias. Pensados desde algum tempo, os dois sistemas se consolidaram plenamente apenas em 1969-70, o que acabou reforçando a percepção de que respondiam à *ameaça* representada pela esquerda armada, cujo apogeu aconteceu justamente nesse biênio.

Em uma década, a ditadura erigiu uma ampla e complexa estrutura de informação e repressão. Apenas para efeito de comparação, vejamos a dimensão da estrutura que os guerrilheiros precisaram enfrentar. Do ponto de vista da informação, o governo dispunha do Sistema Nacional de Informações (SNI) e de Divisões de Segurança e Informação (DSI), presentes nos ministérios civis, em autarquias, nas fundações e nas empresas estatais. As Forças Armadas, por sua vez, tinham uma estrutura própria, que incluía um centro de informação da Marinha (CENIMAR), outro do Exército (CIE) e um terceiro da Aeronáutica (CISA), além do Subsistema de Informações Estratégicas Militares, responsável, especificamente, por tratar das informações relacionadas às operações militares. O Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) e os Destacamentos de

Operações de Informações (DOI), a quem cabia o “trabalho sujo” (FICO, 2001:123), completavam o organograma repressivo.

Entre 1969-74, apenas o SNI dispunha de aproximadamente 2 mil funcionários. Em cada DSI havia cerca de 30 funcionários, lembrando que seu pessoal não era o mesmo que o do SNI. Somente no DOI do II Exército, em São Paulo, trabalhavam 250 pessoas em 1970. Nos cálculos de Carlos Fico (2001), supondo o envolvimento de cem pessoas em cada um dos dez DOI, cerca de mil funcionários estiveram envolvidos nesse nível do aparelho repressivo. O número pode inclusive ter sido maior, já que documentos oficiais revelaram que apenas o Exército fornecia 600 homens para o SISSEGIN. Na esquerda armada, diferentemente, os cálculos mais otimistas apontam que em sua seis principais organizações militaram, no máximo, 1600 pessoas, sendo que a maioria tinha pouco ou nenhum treinamento militar (RIDENTI, 1993)<sup>1</sup>. Contas mais modestas indicam que em 1969, no auge da luta armada urbana, o número de guerrilheiros não era maior do que 800 pessoas (GASPARI, 2002a).

### **Luta armada como pretexto para o aprofundamento da repressão**

Às diversas siglas do aparato informativo-repressivo da ditadura corresponderam outras tantas da esquerda armada. A fragmentação da esquerda armada, com a formação de vários grupos, muitas vezes criados em razão de discordâncias relativamente pequenas, longe de tê-la fortalecido (pelo diagnóstico correto da conjuntura, pela tenacidade de suas posições, pela disposição em se opor ao reformismo, etc.), acabou facilitando o trabalho da repressão, que se organizava rapidamente no mesmo período, numa trajetória oposta à de seus inimigos, cada vez mais divididos. De algum modo, os que pegaram em armas durante a ditadura partiram do pressuposto de que a guerrilha era inevitável, de que não havia outro caminho a não ser a luta armada. Para isso contribuíam as influências internacionais, o fracasso da revolução pacífica defendida pelo Partido Comunista do Brasil (PCB) e a docilidade da oposição feita pelo

---

<sup>1</sup> Para esses números, consideramos as seguintes organizações: Ação Libertadora Nacional (ALN) Comandos de Libertação Nacional (COLINA), Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares) e Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Adotamos como critério o fato de serem esses os grupos responsáveis pelo planejamento e execução, sozinhos ou em conjunto, das mais importantes ações de guerrilha urbana e rural ocorridas na ditadura.

Movimento Democrático Brasileiro (MDB), segundo avaliação dos grupos armados. Na verdade, a própria conjuntura alimentou o diagnóstico da esquerda armada de que existiam condições para a tomada do poder e a formação de um governo popular ou revolucionário.

Apesar das diferentes interpretações sobre o caráter da revolução brasileira, em geral predominou entre aqueles grupos a tese de que o capitalismo no país já estava plenamente constituído e que o latifúndio e o imperialismo não se opunham à burguesia nacional. Influenciadas pela *teoria da dependência*, as organizações armadas acreditavam que a articulação entre aqueles setores impediam o desenvolvimento capitalista no Brasil ao provocarem a estagnação de suas forças produtivas (RIDENTI, 1993). Em países subdesenvolvidos e dependentes, como era o caso, o sistema só poderia ser mantido pela força das armas, de modo que, vivendo sob uma ditadura, a realidade brasileira parecia comprovar que as condições *objetivas* da revolução já estavam dadas – portanto, a tarefa dos revolucionários era forjar as condições *subjetivas* do processo revolucionário.

Ao chamamos a história das esquerdas que pegaram em armas de *luta armada*, cometemos uma impropriedade. Para Carlos Fico (2004:32), por exemplo, luta armada é uma expressão equivocada para traduzir as “descontinuadas e incertas iniciativas militares da esquerda brasileira de então, pois, nas cidades, tais incursões mais se assemelhavam a algum tipo de contrapropaganda, tendo o aspecto de crimes comuns [...] e, no campo, ficaram marcadas pela inépcia e caráter absconso”. Fala-se em luta armada, talvez, porque essa expressão facilmente localize os acontecimentos que se deseja discutir. Porém, eles pouco tiveram de luta, apesar das ações espetaculares executadas por várias organizações. A tentativa da VPR em instalar um foco guerrilheiro no Vale do Ribeira (SP), em inícios de 1970, foi um exemplo da dinâmica freqüentemente assumida pela luta armada no Brasil, com a repressão no encalço de militantes em fuga, sem apoio popular, delatados por moradores locais, com uma estrutura precária e inadequada, feridos e famintos, muitas vezes<sup>2</sup>.

O maior e mais importante projeto da esquerda armada, a guerrilha do Araguaia, o único foco rural que efetivamente produziu resultados, também ficou marcado por esses mesmos aspectos. Quando o Exército chegou ao Bico do Papagaio pela primeira

---

<sup>2</sup> Um relato detalhado do caso está em Gaspari (2002b:196-201).

vez, em abril de 1972, cada um dos 71 guerrilheiros do PCdoB dispunha de um um revólver com 40 balas, quatro submetralhadoras (sendo duas de confecção doméstica), 25 fuzis e rifles. Havia também trinta espingardas, quatro carabinas e 63 armas longas – menos de uma arma por combatente. Além de escasso, o armamento era velho e defeituoso, tornando-o pouco seguro e confiável. Pelos cálculos de Elio Gaspari (2002b:416), “seu poder de fogo era inferior ao de quatro grupos de combate do Exército, cada um deles com nove homens armados de oito fuzis FAL e uma submetralhadora”. Em sua terceira e última expedição, no final de 1973, os militares estavam ainda mais bem aparelhados do que a guerrilha, cujos efetivos tinham sido reduzidos, entre prisões e mortes, a apenas  $\frac{2}{3}$  de um ano e meio antes. As Forças Armadas chegaram à região com armamentos, aviões, helicópteros e fotos aéreas do local. Também foram abertas dezenas de clareiras para facilitar o pouso das aeronaves na mata. A tropa, embora menor, era mais qualificada, com efetivos recrutados em batalhões de guerra na selva e soldados da área de fronteira acostumados com o trabalho de patrulha na floresta.

Dois anos de guerrilha não produziram mais do que alguns poucos confrontos, sendo que a maioria deles, provocados pelo avanço da repressão, e não por um ataque da esquerda, redundou em vitória dos militares. Nenhuma das baixas da guerrilha, por exemplo, ocorreu em ações ofensivas da esquerda. Nos estertores da luta armada no Araguaia, quando o foco revolucionário já estava seriamente debilitado, os militantes do PCdoB recrutaram até mesmo crianças. De acordo com Elio Gaspari (2002b), em novembro de 1973, para cada três adultos da região que tinham sido integrados à guerrilha – lembremos que a estratégia da guerra popular prolongada previa um longo trabalho de politização das massas antes de deflagrar a guerrilha, para a qual se esperava contar com o apoio da população, o que praticamente inexistiu no Araguaia – havia um menor de idade lutando ao lado da esquerda. Em inícios de 1974, a guerrilha só continuava a existir como verdadeira *caçada*. O que sobrara eram guerrilheiros errantes pela mata, dispersos uns dos outros, sem comida nem mantimentos. Oito meses após a saída dos militares, em fevereiro de 1974, três militantes do PCdoB foram vistos no meio da floresta. Uma das testemunhas afirma ter encontrado “uma mulher magra, meio amarelada. Mancava de uma perna e estava descalça. Vestia bermuda e camisa de

homem, e trazia um revólver na mão. Desorientada, pedia fósforos. Fugiu quando lhe pediram a arma” (2002b:460).

Nas cidades, a situação da esquerda armada não foi muito diferente. Entre 1968-70, seus grupos executaram as ações de maior impacto e repercussão, dando-lhes uma “sensação de poder”, um “parecer poder”, segundo Marcelo Ridenti (1993:51). Aqueles anos representaram o auge da luta armada nas cidades. Todavia, foi também o momento de consolidação do aparato informativo-repressivo da ditadura, que soube fazer uso da esquerda armada para justificar sua própria estruturação, aperfeiçoamento e consolidação. As divisões dentro da esquerda, o avanço da repressão, o refluxo dos movimentos de massa, o isolamento político da guerrilha foram fatores determinantes para sua derrota.

No final do primeiro semestre de 1970, todas as organizações que um dia tiveram mais de cem militantes estavam desestruturadas<sup>3</sup>. A ALN, por exemplo, passou por um acentuado processo de isolamento e diminuição de seus quadros entre 1970-74, de modo que suas ações passaram a ser feitas sem qualquer sentido político, “significando pura sobrevivência” (SALES, 2007:74). Entre meados de 1969 e 1970, as ações ofensivas da esquerda armada caíram à metade. Os assaltos a bancos, que chegaram a 36 entre março e abril de 1970, diminuíram para 11 entre junho e julho (GASPARI, 2002b). O mesmo ocorreu com os ataques a carros-pagadores: doze entre janeiro e março de 1970 contra seis entre abril e julho. No fim, os guerrilheiros passaram a roubar lojas comerciais, postos telefônicos, boates, farmácias, depósitos de sorvete, casas lotéricas e supermercados. Entre 1970-71, dos doze assaltos praticados pela VAR-Palmares, dez foram em supermercados, sendo que, dos outros dois, um foi numa fábrica de parafusos (GASPARI, 2002b).

Portanto, pela dimensão que teve no Brasil, a luta armada jamais chegou a ameaçar seriamente a ditadura. Ainda assim, prevaleceu na memória social construída posteriormente a *teoria dos dois demônios*, segundo a qual militares e guerrilheiros travaram, à revelia da sociedade, uma verdadeira *guerra*. Implicitamente, essa tese

---

<sup>3</sup> Elio Gaspari (2002b) recuperou o destino de 44 dos 46 guerrilheiros envolvidos no que ele considerou serem as cinco principais ações armadas no período. Dessa amostra, seis morreram, 21 foram presos e dez deixaram o país até junho de 1970. Dos sete restantes, dois morreram e um foi preso até o final daquele ano. Dois se afastaram da luta armada e um seguiu para o exílio em 1971. O único restante manteve a militância armada, viajou para Cuba, voltou ao Brasil e foi morto em 1972. Ou seja, em dois anos, todos estavam presos, mortos ou exilados.

pressupunha dois outros mitos: o de que a esquerda era mais poderosa do que realmente era e o de que os militares não poderiam oferecer democracia enquanto o inimigo não tivesse sido eliminado – idéias muito úteis politicamente para ambos os lados. Contudo, enquanto existiram, as organizações armadas nunca estiveram perto de derrubar os militares e tomar o poder. Pelo contrário, foi a ditadura quem se fortaleceu durante os *anos de chumbo*, usando precisamente a luta armada como justificativa para o recrudescimento da repressão. “As guerrilhas eram incômodas, mas também úteis porque ajudavam a justificar a repressão. A verdadeira ameaça ao governo não vinha da esquerda mas de dentro dos quartéis” (SKIDMORE, 1988:203). Nesse sentido, é bastante ilustrativo observar a trajetória dos militares da linha-dura no processo de estruturação do SISNI e SISSEGIN.

A criação dos Inquéritos Policiais Militares (IPM), entregues ao comando de coronéis, tenentes-coronéis, majores e capitães logo após o golpe de 1964, representou uma das primeiras providências de caráter repressivo da ditadura. A condução desses inquéritos por parte dos militares duros, que se agruparam em torno dos IPM sob o estímulo e a liderança do ministro da Guerra, Arthur da Costa e Silva, revelou um “*ethos* persecusório” (FICO, 2001:37) que caracterizou essa corrente e, por consequência, as medidas punitivas tomadas pelo regime. A “utopia autoritária” (D’ARAÚJO et al., 1994:9) da linha-dura assentou-se num forte componente ético-moral que, oriundo de uma cultura política de direita marcadamente anticomunista, tendeu a identificar as razões da crise de 1964 na subversão e na crise moral supostamente presentes na sociedade brasileira.

As punições defendidas pelos *coronéis dos IPM*, como ficaram conhecidos os responsáveis pelos inquéritos, não decorriam de ações político-administrativas racionais, cuidadosamente planejadas (com base na DSN, por exemplo), mas do simples desejo de eliminar os defensores de uma *república sindicalista* contrários aos valores da sociedade cristã e democrática, segundo o jargão da linha-dura (FICO, 2001). Notemos, portanto, que nem a *racionalidade* da DSN fundamentou a ação dos duros nem a esquerda marxista, de onde saíam os grupos armados, foi seu alvo principal. Por meio dos IPM, os ultra-revolucionários também voltaram sua atenção para a suspensão de direitos políticos, cassação de mandatos e demissão de servidores públicos, com base nesse *ethos* moralizante do qual falamos.

A princípio, os duros surgiram tão somente como um *grupo de pressão*, lutando pelo que consideravam ser o verdadeiro significado da *Revolução de 1964*: uma ampla e profunda depuração da sociedade brasileira a ser conduzida pelos militares. Entretanto, rapidamente foram institucionalizados, transformando-se numa verdadeira *polícia política* autorizada a investigar, prender e interrogar suspeitos (FICO, 2001). Contribuíram para isso tanto as medidas tomadas por presidentes afinados com seu discurso e propósitos, caso de Costa e Silva e Emílio Garrastazu Médici, como por militares considerados liberais (no limite, democratas), caso do presidente Humberto Castello Branco. Seu governo incentivou a estruturação dos duros ao conceder-lhes vitórias políticas e institucionais, como a aprovação da Constituição de 1967, que incorporou parte das medidas arbitrárias dispostas pelos primeiros atos institucionais. Legalizando a idéia de guerra interna, a nova Constituição permitiu que todos os cidadãos fossem considerados aprioristicamente suspeitos de subversão, o que ofereceu fundamento jurídico e conceitual para que os duros deixassem de ser apenas um grupo de pressão.

Com base no que estamos sustentando, ou seja, a idéia de que a luta armada foi usada como justificativa para o aprofundamento da repressão, o ano de 1968 aparece como extremamente importante. Na seqüência de uma séria de medidas de exceção, como atos institucionais, atos complementares, decretos-leis, a Lei de Segurança Nacional, a Lei de Imprensa e a própria Constituição, a ditadura encontrou, em 1968, os argumentos de que desejava para aprovar o Ato Institucional (AI) n. 5. Um dos mitos criados pela direita – civil e militar – foi atribuir o recrudescimento do regime à necessidade de combater o *terrorismo* de esquerda. Desde antes do golpe, como Thomas Skidmore (1988:64) assinalou, era de conhecimento geral que “os militares da linha dura estavam procurando um pretexto para silenciar maior número de políticos”. Segundo esse raciocínio, o AI-5 teria sido uma resposta – quase um reflexo – às ações da esquerda revolucionária visando a tomada do poder. Algo semelhante foi alegado pelos militares anos depois, quando afirmaram que a abertura do regime demorou mais do que o necessário em razão da guerrilha<sup>4</sup>. Portanto, uma questão pertinente, apresentada por Carlos Fico (2001:57), é a seguinte: “o AI-5 decorreu da opção extremada pelas armas, feita por boa parte da esquerda comunista revolucionária, ou, ao

---

<sup>4</sup> Ver depoimentos em Couto (1999).

contrário, induziu tal escolha (já que, com o AI-5, a oposição legal tornou-se indefensa)?”.

Inicialmente, devemos lembrar que as primeiras ações armadas vieram a público antes de 1968, embora o auge da guerrilha tenha ocorrido entre 1969-70. Dois anos depois do golpe, por exemplo, militantes ligados à Ação Popular explodiram uma bomba no aeroporto dos Guararapes, em Recife, com o objetivo de atingir o ministro Costa e Silva, que na época fazia um giro pelo Nordeste na condição de candidato oficial à sucessão de Castello. O atentado deixou duas vítimas fatais, mas não atingiu o ministro da Guerra, que teve sorte. Na escala anterior, seu avião apresentou uma pane, e ele decidiu seguir de viagem de carro até Recife (GORENDER, 1987). Em 1966, o PCdoB já havia começado, secretamente, a transferir alguns quadros para o Araguaia, mas a ditadura só tomou conhecimento do fato depois de decretado o AI-5. Outras organizações, com a ALN e a VAR, também tentaram instalar focos guerrilheiros na região do Bico do Papagaio, mas sua dispersão, feita facilmente pela simples chegada da polícia, aconteceu apenas em 1970-71 (GASPARI, 2002b). Além disso, o próprio sistema DOI-CODI, ao contrário do que afirmam alguns militares em suas memórias, só foi implantado em julho de 1969, precedendo em dois meses a maior ação da esquerda armada: o seqüestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick.

Um fato que também enfraquece a versão militar sobre o AI-5 é a série de medidas tomadas pela ditadura logo após sua decretação. Em fevereiro de 1969, apenas dois meses depois do *golpe dentro do golpe*, o governo instituiu a Comissão Geral de Inquérito Policial-Militar, responsável por apurar os crimes contra a segurança nacional e a ordem político-social, absorvendo todos os IPM abertos. Em maio, aprovou também o novo Código de Processo Pena Militar, com penas mais rigorosas que na versão anterior. Em julho, criou a Inspeção Geral das Polícias Militares, no âmbito do Estado-Maior do Exército, a fim de controlar as polícias militares, consideradas linhas-auxiliares das Forças Armadas. Paralelamente, definiu-se que apenas oficiais do Exército poderiam ocupar os cargos de secretário estadual de segurança pública e de comandante das polícias militares. O que essa cronologia indica é que tais medidas vinham sendo discutidas e formuladas há algum tempo, “ou não se explicaria a presteza de sua efetivação” (FICO, 2001:115). Em outras palavras, o endurecimento trazido por

essas providências não guardavam, necessariamente, uma relação direta, de causa e efeito, com a luta armada.

Por outro lado, os termos do AI-5 vinham sendo discutidos desde julho de 1968, quando Médici, então chefe do SNI, pediu a Costa e Silva um instrumento repressivo semelhante. Numa das reuniões do Conselho de Segurança Nacional realizada naquele mês com o propósito de avaliar o impacto das mobilizações populares, o ministro do Exército, Lyra Tavares, fez uma “síntese apocalíptica” da conjuntura. Nesse momento, segundo Elio Gaspari (2002a:311), o general Jayme Portella, um dos militares linha-dura mais proeminentes, “tinha na pasta o decreto de suspensão das garantias constitucionais e a relação dos nomes dos futuros executores do interlúdio de exceção”. Analisando a reunião em que o AI-5 foi aprovado, poucos meses depois, o autor afirma que não houve divisão no ministério com relação ao posicionamento do vice-presidente, Pedro Aleixo, que se declarou contra a medida. A divergência, de acordo com Gaspari (2002a:339), ficou limitada à “audácia de um pelotão de fuzilamento e a cautela dos liberais”. Prova de que a decisão já tinha sido tomada previamente, de que jamais existiu uma discussão profunda a respeito do AI-5, é a declaração do então ministro da Fazenda, Antônio Delfim Netto, que anos depois diria o seguinte sobre a reunião: “era um teatro para levar ao Ato. Aquela reunião foi pura encenação [...] O discurso do Marcito<sup>5</sup> não teve importância nenhum. *O que se preparava era uma ditadura mesmo.* Tudo era feito para levar àquilo” (Citado em GASPARI, 2002a:339, grifo nosso).

No próprio governo havia análises indicando que a luta armada não representava um perigo para a ditadura. Em setembro de 1964, Golbery, em documento oficial do SNI, informou a Castello Branco que o governo tinha à sua esquerda uma oposição formada pelo grupo brizolista-janguista afastado do poder e pelas organizações comunistas adeptas da violência revolucionária. No documento, porém, o general minimizava a importância dessa oposição, afirmando que ela poderia até mesmo atuar em bloco, mas que não cometeria mais do que “atos isolados de sabotagem”, podendo chegar, quando muito, a “atentados pessoais, golpes de mão em centros vitais (comunicações), energia elétrica, quartéis, etc., fracos surtos de insurreição localizada, inclusive guerrilhas e, até mesmo, incursões e correrias em faixas fronteiriças [...] com

---

<sup>5</sup> Márcio Moreira Alves, deputado federal do MDB, cujo discurso proferido na Câmara em setembro de 1968, considerado ofensivo pelas Forças Armadas, foi a causa imediata da decretação do AI-5.

recursos financeiros e armamento contrabandeado” (Citado em GASPARI, 2002a:176). Ou seja, apesar da propaganda anticorrupção e subversão, o principal órgão de informação da ditadura duvidava da capacidade de ação dos grupos esquerdistas, incluindo os que pegariam em armas mais tarde. É verdade que as organizações armadas superariam as expectativas de Golbery, mas, ainda assim, pelo que vimos anteriormente, elas não chegaram a ameaçar a ditadura, assim como o SNI previra. Nesse sentido, o próprio golpe de 1964 não poderia ter sido justificado como uma *contra-revolução*, em resposta à ameaça vinda da esquerda.

No final daquele ano, em exposição secreta feita ao ministério, Golbery concluiu que a ameaça subversiva não havia passado, apesar das medidas punitivas tomadas no primeiro ano do regime, mas que o governo tinha todas as condições de enfrentá-lo: “os perigos não passaram de todo [...] o governo federal precisa ainda continuar preparado e alerta para enfrentar, a qualquer momento, ações subversivas de porte médio, partidas, notadamente, de grupos brizolistas e elementos comunistas da chamada linha chinesa-fidelista” (Citado em GASPARI, 2002a:190). O chefe do SNI tinha razão em acreditar que o perigo da subversão continuava. Em inícios de 1965, por exemplo, o regime desbaratou uma operação envolvendo paraguaios ligados à esquerda católica em São Paulo e descobriu planos de atentados contra generais, incluindo o próprio Golbery. Nada disso, porém, justificava o *golpe dentro do golpe*. Logo após o AI-5, Golbery continuaria dizendo que a ditadura jamais estivera ameaçada e que os generais “estão vendo fantasmas” (Citado em GASPARI, 2002a:343).

Voltando à pergunta de Carlos Fico, todas as evidências apontam para o fato de que o AI-5 não foi uma exigência imposta pela guerrilha, nem o aumento da repressão uma reação à luta armada. O fechamento da ditadura não representou uma *resposta*, mas o *ponto alto* do processo de maturação dos duros, “cada vez mais convencidos de que não bastava sua existência como simples grupo de pressão” (FICO, 2001:64). O recrudescimento do regime foi consequência do anseio punitivo da linha-dura – ou seja, de sua utopia autoritária – e da decisão do presidente Costa e Silva em completar a *Operação limpeza* iniciada no governo anterior. A questão apresentada por Fico não pode ser respondida em termos absolutos, de sim ou não, porque, como ele mesmo afirmou, durante a ditadura, “uma *inter-relação* estabeleceu-se entre repressão e luta armada”, numa espécie de “ação recíproca que não se explica pela noção de

anterioridade” (FICO, 2001:63-64). Em outras palavras, a ditadura e, principalmente, o AI-5 tiveram um lado *positivo*, do ponto de vista político, tanto para a esquerda armada como para os militares duros. Para os guerrilheiros, porque o golpe e seu recrudescimento, em 1968, indicaram o isolamento da ditadura, segundo a análise que fizeram da conjuntura. Para a linha-dura, porque a manipulação política de uma oposição armada que nunca ameaçou o regime lhes permitiu chegar ao poder, por meio do golpe, e institucionalizar-se dentro da *Revolução*, usando como justificativa a própria luta armada, o inimigo interno que precisava ser combatido.

### Referências bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção: homo sacer*, vol. II. São Paulo: Boitempo, 2004.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1985)*. Bauru: EDUSC, 2005.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.) *O Brasil republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*, vol. 4, 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 14-42.

COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

COUTO, Ronaldo Costa. *Memória viva do regime militar – Brasil: 1964-1985*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

\_\_\_\_\_. *História indiscreta da ditadura e da abertura – Brasil: 1964-1985*, 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

D'ARAÚJO, Maria Celina et al. (Intr. e org.) *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FERNANDES, Florestan. O pensamento político de Carlos Marighella: a última fase. In: In: NOVA, Cristiane; NÓVOA, Jorge (Orgs.) *Carlos Marighella: o homem por trás do mito*. São Paulo: Editora da UNESP, 1999, pp. 205-220.

FICO, Carlos. *Como eles agiam – os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

\_\_\_\_\_. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, vol. 24, n. 47. São Paulo: ANPUH, 2004, 29-60.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a.

\_\_\_\_\_. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002b.

\_\_\_\_\_. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*, 2ª ed. São Paulo: Ática, 1987.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da Unesp, 1993.

ROLLEMBERG, Denise. A idéia de revolução: a luta armada ao fim do exílio. In: ROLLEMBERG, Denise (Org.) *Que História é essa?: novos temas e novos problemas em História*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, pp. 111-130.

SALES, Jean Rodrigues. *A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da revolução cubana*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.